

Patentes de Segundo Uso no Brasil

2015

Márcio Junqueira Leite

Patentes de Segundo Uso no Brasil

© Almedina, 2015

AUTOR: Márcio Junqueira Leite

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3040-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leite, Márcio Junqueira
Patentes de segundo uso no Brasil / Márcio
Junqueira Leite. -- São Paulo : Almedina, 2015.
ISBN 978-85-8493-040-1

1. Direito de autor - Leis e legislação - Brasil
 2. Marca comercial - Leis e legislação - Brasil
 3. Patentes - Leis e legislação - Brasil
 4. Propriedade industrial - Leis e legislação - Brasil
- I. Título.

15-05411

CDU-347.77(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Propriedade industrial :
Direito comercial 347.77(81)(094)
2. Leis : Propriedade industrial : Brasil :
Direito comercial 347.77(81)(094)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2015

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	11
II. PATENTES: ORIGEM, CONCEITO E FUNÇÕES	15
1.1. Breve histórico da proteção	15
1.2. Da invenção, natureza do direito e seu objeto	21
1.3. A função econômica do sistema de patentes	27
III. DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E CONCORRENCIAIS DA CONCESSÃO DE PATENTES	39
1.1. Das formas de repressão aos abusos de direito e de poder econômico	45
IV. O SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES SOB A ÉGIDE DO TRIPS	55
1.1. A entrada em vigor do TRIPS e os requisitos mínimos de proteção	55
1.2. Das flexibilidades dos países em desenvolvimento e os possíveis efeitos no patenteamento de segundos usos	60
V. A LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OS REQUISITOS DE CONCESSÃO DE PATENTES	65
1.1. A novidade	67
1.2. A atividade inventiva	73
1.3. A aplicação industrial	79
1.4. Suficiência descritiva	83
1.5. Os impedimentos legais	85

VI. DA PATENTEABILIDADE DE INVENÇÕES	
DE SEGUNDO USO	91
1.1. Breve Histórico das Patentes de Segundo Uso na Europa	91
1.2. Preliminarmente: a legislação nacional aceita o patenteamento de usos?	97
1.3. A patenteabilidade de segundos usos e a sua regulamentação no Brasil: INPI, ANVISA, Procuradoria-Geral Federal e o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI)	101
1.4. Da posição contrária ao patenteamento de invenções de segundo uso	119
1.5. O segundo uso e os requisitos para concessão de patentes: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial	124
1.6. O segundo uso e os impedimentos legais: descobertas e métodos terapêuticos	130
1.7. Contrariedade à saúde pública (artigo 18, I, da Lei da Propriedade Industrial)	134
1.8. Os projetos de lei atualmente em discussão no Congresso Nacional	142
1.9. Jurisprudência	151
VII. DA REGULAÇÃO DA MATÉRIA EM OUTROS PAÍSES	159
VIII. O OUTRO LADO DA MOEDA: INEXISTÊNCIA DE CONTRAFAÇÃO DE NOVOS USOS. POSSÍVEL APLICAÇÃO DA “DOCTRINA DA EQUIVALÊNCIA REVERSA”	165
IX. CONCLUSÃO: OS NOVOS USOS PODEM ATENDER À FUNÇÃO DO SISTEMA DE PATENTES	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179